ESTADO DE MINAS

Publicado em 01/05/2022 - 05:55

"Na serra do curral não pode ser atacada"

MEIO AMBIENTE

Prefeito Fuad Noman destaca que a área é patrimônio de BH e pode ir à Justiça para protegê-la. Deputado sugere o mesmo e ambientalistas também criticam decisão do Copam

PBH QUER BARRAR PROJETO NA SERRA DO CURRAL

MÁRCIA MARIA CRUZ

A Prefeitura de Belo Horizonte e deputados estaduais pretendem recorrer à Justiça para garantir a proteção da Serra do Curral, símbolo da capital, que está ameaçada, segundo ambientalistas, devido à autorização dada à Taquaril Mineradora S.A. (Tamisa). O prefeito Fuad Noman externou desacordo com a decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). "A gente vê com preocupação. Belo Horizonte não estaria, em tese, atingida, por isso a cidade não foi incorporada no processo, mas estamos achando muito ruim."

A Prefeitura de Belo Horizonte pode recorrer à Justiça para suspender a decisão. "Vamos verificar se temos condições de entrar na Justiça para suspender essa decisão. A Serra do Curral não pode ser atacada", destacou o prefeito.

O pedido de licenciamento da Tamisa para exploração da Serra da Curral foi aprovado pelo Copam na madrugada de sábado. A decisão foi tomada por volta das 3h, depois de 18 horas de reunião virtual. A análise do Copam é a etapa final de avaliação técnica de órgãos ambientais do estado.

O deputado Rafael Martins, presidente da Comissão de Minas e Energia, também criticou a aprovação do projeto de mineração da Serra do Curral. "Recebi com perplexidade a aprovação do projeto criminoso de mineração da Serra do Curral. Este pessoal que acredita estar acima do bem e do mal desconhece qualquer limite. Nem a orientação do Ministério Público foi respeitada", informou em nota.

"Quero aqui, como presidente da Comissão de Minas e Energia da ALMG, adiantar que, na segunda-feira, entrarei na Justiça para tentar barrar esse absurdo. Também convocaremos os conselheiros do Copam para que expliquem a decisão. E desta vez a reunião não será na calada da noite", disse.

TOMBADA A Serra do Curral foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1960 e pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O tombamento pelo município consta do processo 011.007.449.564, deliberação de 4 de abril de 1991.

PRONUNCIAMENTO Em nota oficial, o governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), informa que os processos de licenciamento são formalizados com amplos estudos técnicos que servem de suporte para decisão dos conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) e do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

"Sobre a concessão da Licença Prévia (LP) concomitante à Licença de Instalação (LI) para o Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST), discutida na sexta-feira (29) e finalizada neste sábado (30), informamos que a definição de deferimento ou indeferimento das respectivas licenças pleiteadas é de competência dos conselheiros do Copam – órgão colegiado, normativo, consultivo e deliberativo, composto por diversas instituições, com representantes do Poder Público e também da Sociedade Civil."

O prefeito de Nova Lima, João Marcelo Dieguez Pereira (Cidadania), também se pronunciou por meio e nota: "A Prefeitura de Nova Lima informa que todo processo de licenciamento minerário é de responsabilidade do Estado. Cabe ao município apenas atestar a conformidade da atividade conforme os parâmetros do Plano Diretor."

Até o fechamento da edição, a Tamisa não se manifestou. Foram feitos contatos via telefone e pelo endereço de e-mail no site da mineradora, mas os responsáveis não retornaram.

FOTOS: TÚLIO SANTOS/EM/DA PRESS

Cartão-postal de Belo Horizonte, a Serra do Curral vai ser explorada pela Taquaril Mineradora com a aprovação do pedido de licenciamento

CONFIRA A VOTAÇÃO NO COPAM

✓ A FAVOR
- Secretaria de Estado de Governo (Segov)
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede)
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese)
- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig)
- Agência Nacional de Mineração (ANM)
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas (Sindiextra)
- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg)
- Sociedade Mineira de Engenheiros (SME)

✓ CONTRA
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
- Fundação Relictos (Relictos)
- Associação Promutuca (Promotuca)
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes)

"A gente vê com preocupação. Vamos verificar se temos condições de entrar na Justiça para suspender essa decisão. A Serra do Curral não pode ser atacada"

■ **Fuad Noman**, prefeito de Belo Horizonte

"Existe uma ação civil pública no Ministério Público de Minas Gerais contra a ação. A sociedade civil e todos os públicos que participaram da reunião não vão desistir. Vamos recorrer e lutar"

■ **Cláudia Pires**, arquiteta, ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)

"Também convocaremos os conselheiros do Copam para que expliquem a decisão. E desta vez a reunião não será na calada da noite"

■ **Rafael Martins**, deputado e presidente da comissão de Minas e Energia na ALMG

"A Prefeitura de Nova Lima informa que todo processo de licenciamento minerário é de responsabilidade do Estado. Cabe ao município apenas atestar a conformidade da atividade conforme os parâmetros do Plano Diretor"

■ **João Marcelo Dieguez Pereira**, prefeito de Nova Lima

Ativistas defendem a preservação

ANA LAURA QUEIROZ* E BEL FERRAZ

A decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em liberar a exploração de mineradora na Serra do Curral, em Nova Lima, no limite com Belo Horizonte, na madrugada de ontem, está sendo duramente criticada por ativistas e manifestantes que defendem a preservação da serra. A decisão, tomada sob fortes protestos de ambientalistas, é a etapa final de avaliação técnica de órgãos ambientais do estado.

A arquiteta Cláudia Pires, ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), esteve presente na reunião e ficou até a decisão final. "Fizeram uma inversão de pauta. Primeiro, iamos nos manifestar contra a instalação da mineradora e realizar a votação, mas o presidente da reunião inverteu e colocou outras pautas primeiro, tentando desmotivar as manifestações contra a liberação da mineração na serra. Muita gente queria falar, mas o presidente controlou a sala de forma muito autoritária e poucas pessoas foram ouvidas."

A vereadora Duda Salabert (PDT) também acompanhou a reunião virtual e apontou irregularidades na votação. "As operações feitas pelas mineradoras no estado são idênticas aos acontecimentos de ontem. São processos ilegais, imorais e com poder econômico que influencia diretamente os votos dos conselheiros, que estão diretamente ligados ao projeto minerário que foi aprovado."

Mesmo com a aprovação do Copam, Cláudia garante que os representantes da sociedade que se manifestaram contra a liberação da mineração na serra não desistiram. "Existe uma ação civil pública no Ministério Público de Minas Gerais contra a ação. A sociedade civil e todos os públicos que participaram da reunião não vão desistir por causa dessa votação. Vamos recorrer e lutar contra."

Duda afirmou que uma reunião de emergência já foi marcada para discutir as próximas ações. "Vamos acionar a Justiça, a fim de anular a reunião de ontem, já que existem evidências de irregularidades nela e vamos também tentar aprovar na Câmara uma CPI para averiguar o motivo de Belo Horizonte não ser consultada e o motivo de a Prefeitura de BH ter se mantido em silêncio sobre o assunto, tanto no governo Alexandre Kalil quanto no de Fuad Noman."

EXPLORAÇÃO O projeto da Tamisa prevê a instalação do Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST) em área equivalente a 1.200 campos de futebol, na região da Fazenda Ana Cruz, próxima ao Pico Belo Horizonte.

O processo de exploração tem duas etapas: na primeira, é esperada a extração de 31 milhões de toneladas de minério ao longo de 13 anos. A segunda consiste na lavra de 3 milhões de toneladas de itabirito friável rico, com dois anos de implantação e nove de operação.

Na quarta-feira, em uma tentativa de barrar o projeto, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou ação civil pública contra a mineradora e contra o município de Nova Lima. A ação defende que o projeto da Tamisa viola as regras urbanísticas previstas no Plano Diretor de Nova Lima – legislação responsável por nortear os espaços da cidade.

Durante a semana, ambientalistas fizeram atos e protestos contra a mineração no local. Segundo o movimento, entre os impactos estão a destruição da biodiversidade na serra, que abriga quase 40 espécies de plantas e animais ameaçados de extinção; poluição do ar causada pelas explosões utilizadas para a extração do minério; a poluição sonora causada pela atividade mineradora em três turnos diários; riscos de desabamentos ampliados pelas explosões e pela falta de vegetação que evita a erosão do solo; além da morte de cursos d'água que nascem na região.

* Estagiário sob supervisão da editora Vera Schmitz

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Meio ambiente **Pagina:** 9

Copyright © Clipclap 2025.